



<p>i</p> <p>31-08-2013</p>	<p>Periodicidade: Diária</p> <p>Classe: Informação Geral</p> <p>Âmbito: Nacional</p> <p>Tiragem: 80000</p>	<p>Temática: Política</p> <p>Dimensão: 352</p> <p>Imagem: S/Cor</p> <p>Página (s): 1/4</p>
----------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



Passos teme que “leitura restritiva” do TC conduza a segundo resgate



PM não acredita que o país consiga suportar mais impostos

JOSE COELHO/LUSA

Passos teme que “leitura restritiva” do TC conduza a segundo resgate

Cortes superiores a mil milhões de euros em 2014 nas mãos dos juízes. Marcelo sugere pagar menos a quem vai para a mobilidade

LUÍS CLARO

A reforma do Estado começou mal com o chumbo do Tribunal Constitucional à requalificação de funcionários públicos e Passos Coelho não escondeu a preocupação com a possibilidade de outros diplomas seguirem o mesmo caminho. Se o Constitucional “optar por uma leitura restritiva do princípio da confiança que impeça de fazer tudo”, o primeiro-ministro teme que o país esteja condenado a um segundo resgate.

“Se não formos capazes nos próximos meses de sinalizar aos nossos credores esta reforma estrutural do Estado que garanta que a despesa baixa de uma forma sustentada, o que acontecerá é que não estaremos em condições de prosseguir o nosso caminho sem mais financiamento, sem um segundo programa que garanta ao país os meios de que ele precisa”, disse, em Bragança, Passos Coelho.

A alternativa aos cortes na despesa seria aumentar os impostos, mas Passos não acredita que o país consiga “suportar mais impostos”.

O cenário de incerteza sobre os cortes no Estado está no centro das preocupações do execu-

tivo, que verá ainda o Constitucional avaliar a proposta de convergência das pensões entre a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações e o aumento do horário de trabalho na função pública.

Ao todo, dependem ainda da decisão dos juízes medidas que valem para o ano entre mil e 1100 milhões de euros. O chumbo da requalificação no Estado compromete uma poupança estimada de 119 milhões de euros para o próximo ano. No entanto, na redução da despesa pública, esta é a medida que menos pesa no mix. A convergência dos horários de trabalho da função pública para as 40 horas, que Cavaco deixou passar mas que o PS vai mandar para o Constitucional, vale mais do dobro: 365 milhões de euros. Mas a maior ameaça aos cortes de 3600 milhões de euros na despesa pública em 2014 vem do lado das pensões.

A convergência entre o regime público e privado, que implica a redução até 10% das pensões já em pagamento no Estado é ao mesmo tempo a medida que maior impacto orçamental tem: vale entre 672 e 740 milhões de euros em 2014 e é a mais sensível do ponto de vista do cumprimento da Constituição.

Estas contas não incluem a

mobilidade, já chumbada, nem a contribuição solidária nas pensões. A TSU (taxa social única) dos reformados, contra a qual se bateu Paulo Portas, foi descrita como uma medida de último recurso. Caso a convergência das pensões em pagamento seja inviabilizada, é quase certo que avançará esta contribuição especial até porque já passou no Tribunal Constitucional.

Entretanto, o governo está a estudar alternativas para “corrigir os fundamentos de inconstitucionalidade” do diploma de requalificação dos funcionários públicos. Marcelo Rebelo de Sousa, na universidade de Verão do PSD, pôs a hipótese de reduzir os vencimentos das pessoas que fiquem na mobilidade. “Isto é, pela posição do Tribunal Constitucional não seria inconstitucional necessariamente pagar 10%, 15% ou 25%”, disse o ex-líder do PSD, perante a decisão dos juízes que impede o despedimento, mas não levanta a questão da redução salarial.

O diploma vai ser devolvido ao parlamento e o deputado social-democrata Duarte Pacheco considera que a resposta “não pode ser dada a quente”, mas só depois de um estudo exaustivo dos argumentos utilizados pelo Constitucional. *Com Ana Suspiro*